

**Guilherme Barcelos**

# **PROCESSO JUDICIAL ELEITORAL E PROVAS ILÍCITAS**

## **A Problemática das Gravações Ambientais Clandestinas**

**4ª Edição – 2022  
Revista e Atualizada**

Curitiba  
Juruá Editora  
2022

---

Visite nossos sites na Internet  
[www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br) e  
[www.editorialjurua.com](http://www.editorialjurua.com)  
e-mail: [editora@jurua.com.br](mailto:editora@jurua.com.br)

---

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

**ISBN: 978-85-362-9877-1**

**JURUÁ**  
EDITORA

Brasil – R. Flávio Dallegre, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil  
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D’Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** Luiz Augusto de Oliveira Junior

---

Barcelos, Guilherme.

B242      Processo judicial eleitoral e provas ilícitas: a  
problemática das gravações ambientais clandestinas./ Guilherme Barcelos./ 4ª edição./ Curitiba:  
Juruá, 2022.  
214p.

1. Direito eleitoral. 2. Provas ilícitas. I. Título.

CDD 342.07 (22.ed.)

CDU 342.81

0 0055

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

# SUMÁRIO

---

<b>CONSIDERAÇÕES INAUGURAIS</b> .....	19
<b>1 PROVA: CONSIDERAÇÕES PONTUAIS</b> .....	21
1.1 CONCEITOS .....	21
1.2 MEIOS DE PROVA .....	28
1.3 O CONTRADITÓRIO .....	29
1.4 PROVAS ILEGAIS: DISTINÇÃO ENTRE PROVAS ILÍCITAS E PROVAS ILEGÍTIMAS .....	32
1.5 TEORIAS SOBRE A ADMISSIBILIDADE DA PROVA OBTIDA POR MEIOS ILÍCITOS .....	37
1.5.1 Admissibilidade Processual da Prova Ilícita: <i>Male Captum,</i> <i>Bene Retentum</i> (Mal Colhido, Mas Bem Conservado) .....	37
1.5.2 Inadmissibilidade das Provas Ilícitas .....	40
1.5.3 Admissibilidade da Prova Ilícita à Luz do Princípio da Pro- porcionalidade ou da Razoabilidade .....	43
1.5.4 Admissibilidade a Partir da Proporcionalidade ou Razoabili- dade <i>Pro Reo</i> .....	46
1.6 ILICITUDE POR DERIVAÇÃO: “ <i>FRUITS OF THE POISONOUS</i> <i>TREE</i> ” .....	47
<b>2 DO DIREITO À PRIVACIDADE</b> .....	57
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS .....	57
2.2 PRIVACIDADE X INTIMIDADE .....	64
2.3 DEFINIÇÕES .....	66

<b>3 GRAVAÇÕES AMBIENTAIS (CLANDESTINAS)</b> .....	73
3.1 CONCEITOS E DISTINÇÕES .....	74
3.1.1 Considerações Gerais Acerca da Interceptação .....	74
3.1.2 Interceptação Telefônica <i>Stricto Sensu</i> .....	75
3.1.3 Escuta Telefônica .....	77
3.1.4 Interceptação Ambiental .....	78
3.1.5 Escuta Ambiental .....	80
3.1.6 Gravação Clandestina Propriamente Dita .....	80
3.1.7 Gravações Ambientais (Clandestinas).....	81
<b>4 GRAVAÇÕES AMBIENTAIS CLANDESTINAS NO CONTENCIOSO ELEITORAL: PROVAS ILÍCITAS</b> .....	87
4.1 PRODUÇÃO E UTILIZAÇÃO À LUZ DA EXPERIÊNCIA FORENSE.....	87
4.2 O ART. 1º, INC. III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A DIGNIDADE HUMANA E O INDIVÍDUO COMO UM FIM EM SI MESMO E NÃO COMO MEIO PARA O USO ARBITRÁRIO PELA VONTADE ALHEIA.....	98
4.3 GRAVAÇÕES AMBIENTAIS CLANDESTINAS X DIREITO FUNDAMENTAL À PRIVACIDADE (CF, ART. 5º, INC. X) – PROVAS ILÍCITAS .....	100
4.4 GRAVAÇÕES AMBIENTAIS CLANDESTINAS: PROVAS ILÍCITAS – PREMISSAS DISTINTAS, COM CONCLUSÕES SIMILARES.....	114
4.4.1 O <i>Nemo Tenetur Se Detegere</i> e o Princípio do Contraditório ..	114
4.4.2 O Art. 369 do Novo Código de Processo Civil (2015) – Ninguém Pode se Beneficiar da Própria Torpeza.....	116
4.4.3 Gravações Ambientais Clandestinas: Provas Inidôneas: Flagrante Preparado e Ilícito Impossível.....	123
4.4.4 A Inovação Legislativa que Veio em Boa Hora – o Art. 8-A da Lei das Interceptações e o Encontro da Lucidez: Gravação Ambiental Clandestina, para Fins Acusatórios, é Prova Subordinada à Reserva de Jurisdição.....	129

4.4.5	A Questão da Preservação da Cadeia de Custódia da Prova – a Quebra da Cadeia de Custódia da Prova como Causa de Imprestabilidade.....	131
<b>5</b>	<b>GRAVAÇÕES AMBIENTAIS CLANDESTINAS NAS LIDES JUDICIAIS ELEITORAIS: PROVAS ILÍCITAS E INADMISSÍVEIS .....</b>	<b>143</b>
5.1	ILICITUDE DA PROVA <i>VS.</i> “INTERESSE PÚBLICO” (NA LISURA DO PROCESSO ELEITORAL): DESCONSTITUINDO UM ARGUMENTO FRUTO DE NOTÓRIA MANIPULAÇÃO DISCURSIVA.....	144
5.2	ILICITUDE DA PROVA (GRAVAÇÃO AMBIENTAL CLANDESTINA) <i>VS.</i> JUSTA CAUSA POR PARTE DO INTERLOCUTOR.....	155
<b>6</b>	<b>GRAVAÇÕES AMBIENTAIS CLANDESTINAS PARA FINS ELEITORAIS <i>VS.</i> PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: DESMITIFICANDO O PRETENSO “LEADING CASE” DA MATÉRIA.....</b>	<b>161</b>
<b>7</b>	<b>ILICITUDE POR DERIVAÇÃO .....</b>	<b>181</b>
7.1	DAS GRAVAÇÕES AMBIENTAIS ESCONDIDAS ÀS DECLARAÇÕES UNILATERAIS REDUZIDAS A TERMO E TESTEMUNHOS PRESTADOS EM JUÍZO: DESVELANDO A FALÁCIA DA AUTONOMIA PROBATÓRIA .....	181
7.2	VISÃO CRÍTICA: SUPERANDO O REDUACIONISMO CARTESIANO .....	189
	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>195</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>199</b>
	<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>203</b>